

BUX, Nicola. *La riforma di Benedetto XVI: la liturgia tra innovazione e tradizione*. Casale Monferrato: Piemme, 2008.

A liturgia foi um dos grandes temas que mobilizaram os católicos no século XX. O desenvolvimento do movimento litúrgico na Bélgica, França e inclusive no Brasil, acendeu animosidades entre aqueles que visavam uma liturgia mais viva e aqueles que defendiam a permanência daquela estabelecida por Pio V, na esteira do Concílio de Trento. Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi um dos momentos mais importantes do século XX sobre a questão litúrgica, já que, com a sua Constituição *Sacrosanctum Concilium*, lançava novo olhar sobre ela. As lutas interpretativas em torno desse documento, e não só dele, mas de todos os textos conciliares, levaram ao que alguns denominam de “abusos” na prática litúrgica, apontando assim para um olhar negativo em relação a todo o Concílio, o que levou aos sérios afastamentos, até ao cisma de Marcel Lefebvre e seus seguidores em 1988. Para o arcebispo, a missa tridentina era a “missa de sempre” e assim deveria continuar. A fim de aproximar-se desses grupos no seio da catolicidade, J. Ratzinger, que acompanhou a criação da Comissão *Ecclesia Dei*, especialmente constituída para dialogar com os grupos tradicionalistas, publicou, em 2007, o *motu proprio* de Bento XVI *Summorum Pontificum*, possibilitando, desde então, que a missa tridentina pudesse ser realizada sem a prévia permissão do bispo, como era anteriormente acordado. Mais uma vez não faltaram reações exaltadas. Enquanto uns comemoravam o documento, pela renovada possibilidade de terem a missa tridentina sem precisarem seguir burocracia, que não raramente não resultava como viam no documento de Bento XVI mais um ato de traição ao Concílio e sua carga de renovação. Para incendiar ainda mais a conjuntura, em mais um passo de aproximação, o Papa levantou as excomunhões dos bispos lefebvristas em janeiro passado. Uma defesa do documento e da atitude de Ratzinger pode ser lida no livro do consultor da Congregação para a Doutrina da Fé, Nicola Bux, *La riforma di Benedetto XVI: la liturgia tra innovazione e tradizione*. Prefaciado pelo célebre jornalista Vittorio

Messori, Bux trata dos significados da liturgia e das batalhas travadas em torno dela.

Nos capítulos 1 e 2 – *La sacra e divina liturgia e A chi ci avviciniamo con il culto divino* – Bux dá sua compreensão do que significa a liturgia, quais seus papéis, sua relação com a sacralidade. Para ele, deve-se retomar a ideia de que existe uma continuidade entre a Igreja, que nasce do Vaticano II, e aquela que existe antes dele. Deve-se olhar para o passado, recebê-lo e renová-lo. Isso seria a verdadeira reforma. Assim, afirma que “senza critica orgogliosa e presunzione aspra, non scaricando il passato ma sopportandolo in continuità e così rinnovandolo”.

No capítulo 3 – *La Battaglia sulla riforma liturgica* – o autor entra no cerne da discussão, ao tratar dos conflitos em torno da questão e dos significados das posições de Bento XVI sobre o tema. Citando Ratzinger e o *motu proprio Summorum Pontificum*, Bux afirma que a sua promulgação visa à reconciliação com os lefebvristas e a superar a ruptura operada no processo de reforma litúrgica, que contrapunha o novo rito ao antigo. A fim de defender a perspectiva de que na liturgia existe crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura, o autor traz palavras de Bento XVI e despende algumas páginas analisando a encíclica de Pio XII *Mediator Dei*, o documento sobre liturgia mais importante antes do Vaticano II. No documento pode-se perceber, segundo Bux, que “la tradizione è necessaria e l’innovazione ineluttabile, ed entrambe sono nella natura del corpo ecclesiale come del corpo umano”. O autor trata das contendas nascidas da promulgação do *Novus Ordo Missae* por Paulo VI, em 1969, da chamada “intervenção Ottaviani” e de algumas atitudes que considera desvirtuamentos do projeto original da *Sacrosanctum Concilium* e do Papa Montini.

No quarto capítulo – *La tregua del papa* – Bux trata do *motu proprio Summorum Pontificum* e traz um pouco da história dos missais. Segundo ele, o documento teve três escopos centrais: favorecer a reconciliação interna da Igreja; oferecer a todos a possibilidade de participar da “forma extraordinária”, garantir o direito ao povo de Deus ao uso da “forma extraordinária”. O documento viria a corrigir a ideia, tanto de progressistas quanto de tradicionalistas, de que o missal romano, publicado pela última vez em 1962, e o missal de Paulo VI estavam em contraposição. Bento XVI afirmava que eram “due stesure” do desenvolvimento de um mesmo rito. Dessa forma, o Papa reafirmava sua, podemos dizer, *hermenêutica da continuidade*, tema tratado pela primeira vez por ele em um discurso aos cardeais, no Natal de 2005.

Assim afirma no documento: “Non c’è nessuna contraddizione tra l’una e l’altra edizione del messale romano. Nella storia della liturgia c’è crescita e progresso, ma nessuna rottura. Cio che per le generazioni anteriori era sacro, anche per noi resta sacro e grande e non può essere improvvisamente del tutto proibito o, addirittura, giudicado dannoso. Ci fa bene a tutti conservare le ricchezze che sono cresciute nella fede e nella preghiera della Chiesa, e di dar loro il giusto posto”. Para Bux, a atitude do Papa vem no sentido de se achar o equilíbrio: primeiro, inserir novamente na unidade os tradicionalistas, especialmente os seguidores de Lefebvre e, segundo, demonstrar aos “inovadores” que a liturgia não é propriedade privada e que não deve ser manipulada ao livre gosto. Segundo o autor, logo após a promulgação do *motu proprio*, surgiram algumas interpretações equivocadas, como aquelas que afirmam que a atitude do Papa se deu apenas para aproximar os tradicionalistas. Para Bux, ao contrário, o documento visava demonstrar que a antiga liturgia jamais tinha sido abolida e que “l’aggiornamento di Papa Giovanni del messale del 1962 non può essere contrapposto a quello di Paolo VI avvenuto otto anni dopo, ma tenuto insieme come una ricchezza: appartiene alla *regula fidei* come espressione straordinaria e non eccezionale, accanto a quella ordinaria e normale”.

No capítulo 5 – *La crisi ecclesiale e il crollo della liturgia* – Bux trata de alguns aspectos crise pós-conciliar no campo litúrgico. O estudioso faz uma defesa ampla do *motu proprio Summorum Pontificum*. Para o teólogo, a crise que se abateu sobre a liturgia foi devido ao fato de que, no centro da ação litúrgica, frequentemente, não está mais Deus e a adoração a Ele, mas os homens e a comunidade. A crise começa, quando a liturgia deixa de ser vivida como adoração em Jesus Cristo na Trindade e como celebração de toda a Igreja e se aprofunda, quando se extravia o espírito da liturgia, reduzindo-a a uma autocelebração de uma comunidade particular. Para corroborar sua afirmação, Bux cita palavras retiradas das memórias pessoais de Joseph Ratzinger: “Sono convinto che la crisi ecclesiale in cui oggi ci troviamo dipende in gran parte dal crollo della liturgia”. A tese central do capítulo é que o *motu proprio* de Bento XVI significa mais um ato de Bento XVI em prol da *hermenêutica da continuidade* do Vaticano II. Se, por um lado, os tradicionalistas afirmam que a Igreja pré-conciliar foi traída pelo Concílio, os progressistas defendem que a Igreja pós-conciliar traiu o Concílio. Ambos os grupos partem, assim, de uma interpretação descontínua do Vaticano II. Bux nos diz: “L’unico modo di capire il *motu proprio* è quindi di inquadralo

come ulteriore sviluppo in continuità con tutta la tradizione della Chiesa [...] nel senso della continuità della comunione cattolica anche in ambito litúrgico, tra tradição e inovação”. Dessa forma, o missal de Paulo VI (1969) constitui uma *renovatio* do missal promulgado por Pio V em 1570.

No capítulo VI – *Come incontrare il mistero* – Bux inicia com uma persuasiva afirmação: perdeu-se o senso da liturgia, porque foi perdido o senso da presença de Deus entre nós. O autor deseja trazer elementos específicos para uma vivência litúrgica que respeite seus elementos mais profundos. Despende algumas páginas sobre o “serviço sacerdotal” onde afirma que “la santa messa è come un’opera musicale scritta da un autore: va eseguita con fedeltà e non interpretata”. Em outra seção, fala da participação dos fiéis. Segundo o autor, o culto católico passou da adoração de Deus ao exibicionismo do padre, dos ministros e dos fiéis, com a piedade sendo abolida e liquidada pelos litúrgistas como devocionismo, negando formas espontâneas de devoção de piedade.

O último capítulo – *Un nuovo movimento litúrgico* – passa a ser um clamor por uma nova forma de pensar a liturgia, não mais como uma ruptura, mas sim como algo orgânico e que respeite o passado. Para Bux, a renovação conciliar da liturgia tem ainda riquezas não-exploradas, que necessitam ser colocadas em andamento, além de correções e integrações. O autor chega a sugerir algumas formas de reverter a “confusão” que se instalou na liturgia: a instituição de “visitas apostólicas” para a liturgia, já que, devido à crise de obediência, os documentos da Congregação para o Culto Divino ficam sem a devida acolhida; que os reitores e diretores das faculdades teológicas estejam conscientes das “deformações” e do “modo reto de celebrar”; promover encontro de sacerdotes e seminaristas dos movimentos eclesiais, que são atentos à disciplina da Igreja; estudar o Magistério eclesiológico e litúrgico de Pio XII (encíclicas *Mystici Corporis* e *Mediator Dei*) e a tradição litúrgica do Oriente. Bux tem como documento-chave de suas considerações a Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*.

A visão de liturgia e de Igreja que é trazida por Nicola Bux, nessa obra, é aquela orgânica, ligada estritamente ao âmbito eclesial e que reporta inúmeras vezes ao próprio pensamento de Bento XVI. O que podemos entrever em suas linhas é uma defesa da conduta seguida por Ratzinger na sua aproximação com os grupos tradicionalistas, principalmente com os padres da Fraternidade Sacerdotal São Pio X

(FSSPX), e uma estratégia bem-pensada, contudo não tão bem-executada (vide a “questão Richard Willianson”): a de pôr mais uma pedra sobre a *hermenêutica da ruptura* (base das gramáticas tradicionalistas e progressistas), a principal responsável, segundo o Pontífice, da chamada “crise pós-conciliar”. A partir da liturgia, Bento XVI coloca mais uma pedra, senão a mais pesada delas.

Rodrigo Coppe Caldeira
PUC-Minas/ISTA